

OBJETIVIDADE X POSICIONAMENTO: Uma análise da cobertura de telejornais sobre o pós-8 de janeiro¹

OBJECTIVITY VS POSITIONING: An analysis of television news coverage of the aftermath of January 8th

Kamila Bossato Fernandes ²

Resumo: No início do século XX, a objetividade tornou-se um cânone para guiar a prática jornalística profissional. No entanto, a exigência de objetividade há muito tem sido criticada por esconder artificialmente os vieses inerentes a qualquer ação social. Diante das transformações sociais e mudanças no campo midiático, há uma crescente demanda para que o jornalismo corporativo seja mais transparente e responsável e dê menos ênfase à objetividade. Este estudo busca refletir sobre como projetos jornalísticos do mainstream começaram a expor certas posições em sua cobertura política. Especificamente, o estudo examina até que ponto a objetividade e o posicionamento foram empregados na cobertura televisiva de notícias após os ataques a prédios públicos de apoiadores de Bolsonaro em 8 de janeiro de 2023. A análise se concentra nas transmissões do Jornal Nacional e do CNN 360 nos dias 9 e 10 de janeiro de 2023. Os resultados mostram uma ênfase em termos considerados posicionados, o que reduz a doisladrismo que caracteriza o jornalismo objetivo.

Palavras-Chave: Objetividade jornalística. Jornalismo político. Posicionamento. Jornalismo televisivo.

Abstract: At the beginning of the 20th century, objectivity became a canon to guide professional journalistic practice. However, the call for objectivity has long been criticized for resulting in an artificial erasure of biases inherent in any social action. In light of social transformations and changes in the media field, there are increasing demands for mainstream journalism to be more transparent and accountable, and to give less emphasis to objectivity. This study aims to reflect on how mainstream journalistic projects started to exhibit certain positions in their political coverage. Specifically, the study examines the extent to which objectivity and positionality were employed in television news coverage after the attacks by Bolsonaro supporters on January 8, 2023. The analysis focuses on the Jornal Nacional and CNN 360

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, doutora em Estudos de Comunicação (Universidade do Minho), pesquisadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), kamila.fernandes@ufc.br.

broadcasts on January 9 and 10, 2023. The results show an emphasis on terms considered to be positioned, which reduces the two-sidedness that characterizes objective journalism.

Keywords: *Journalistic objectivity. Political journalism. Positioning. Television Journalism.*

1. Entre pressões e mudanças de paradigma

O dia 8 de janeiro de 2023 não foi um domingo comum para quem vive no Brasil. Todas as atenções tiveram que se voltar para Brasília, onde as sedes dos três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) estavam sendo destruídas por militantes de extrema direita que pediam um golpe militar para impedir a continuidade do governo do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (PT). Tudo o que acontecia nos três prédios e no entorno era então transmitido ao vivo pelos próprios envolvidos, em seus perfis pessoais das redes sociais, com vídeos que passaram então a ser replicados nos canais de TV, em coberturas jornalísticas iniciadas no início da tarde e que só terminaram no final da noite.

Apesar de a situação ter sido excepcional, o acontecimento do dia 8 de janeiro integra parte de um movimento mais amplo, caracterizado pela adesão de parte da população brasileira a ideais da extrema direita, especialmente ao longo dos 4 anos do governo de Jair Bolsonaro, o que foi impulsionado pela circulação de conteúdos chamados genericamente de “fake news” pelas mídias digitais (AARÃO REIS, 2020; MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018). Simultaneamente ao crescimento da difusão e do consumo das mensagens de desinformação, a prática jornalística dos veículos de comunicação hegemônicos passou a ser cada vez mais atacada, ao ser vinculada a interesses escusos, e não ao interesse público (RUSSELL, 2019).

Em meio a tudo isso, ganha força entre acadêmicos e jornalistas a discussão sobre a necessidade de que se renovem os valores que demarcam os princípios ideológicos da profissão. No centro deste debate está o ideal da objetividade jornalística, tido por pesquisadores como Zelizer (2018) e Moraes (MORAES, 2022) como um instrumento discursivo empregado para mascarar interesses, visões de

mundo e relações de poder, sendo importante superá-lo para alcançar uma prática jornalística que realmente atenda o interesse público.

Ainda que este debate não prevaleça nas redações, é notável que tem havido mudanças, ao menos pontuais, na abordagem de algumas questões políticas e sociais, tanto no exterior como no Brasil. Nos Estados Unidos, a ascensão de Donald Trump ao poder em 2016 levou jornais e emissoras de TV a serem mais assertivos ao condenar ações que implicavam a difusão de mentiras e o estímulo ao discurso de ódio (LISCHKA, 2019). No Brasil, a pandemia de Covid-19 fez com que alguns veículos de comunicação passassem a condenar mais claramente ações e omissões do governo Bolsonaro, como o estímulo ao uso do chamado “kit Covid”, defendido pelo então presidente, e que passou a ser apresentado pelos jornalistas como “medicamentos comprovadamente ineficientes”, rejeitando abertamente outras versões (MALAVASI, 2021).

Essas mudanças de posicionamento de práticas jornalísticas devem ser estudadas, sobretudo para compreender em que medida elas subvertem o ideal da objetividade e, com isso, se podem alterar a própria ideologia do jornalismo.

Por isso, neste trabalho propomos uma análise da cobertura jornalística do pós-8 de janeiro, mais especificamente de dois telejornais bem distintos, o Jornal Nacional (JN), da TV Globo, e o CNN 360, da CNN Brasil, nos atendo ao que foi ao ar nas edições dos dias 9 e 10 de janeiro, com foco exclusivo nos momentos em que são referenciados os ataques de 8 de janeiro e suas consequências. A análise tem caráter exploratório e qualitativo, a partir dos preceitos da semiótica multimodal (MACHIN; MAYR, 2012). O foco do estudo tem como ponto de partida duas questões:

1. Qual foi a gradação entre objetividade e posicionamento, na cobertura destes dois telejornais, após os ataques de apoiadores de Bolsonaro aos três poderes (em 8 de janeiro de 2023)?
2. Em que medida podemos considerar que há sinais de renovação dos valores jornalísticos tradicionais, a partir dos exemplos analisados?

O modelo analítico a ser empregado segue a proposta de Fernandes (2020) para análise do engajamento político em produções jornalísticas audiovisuais. Além

de produzir uma reflexão sobre as transformações no jornalismo, o estudo se justifica pela relevância da prática jornalística televisiva, que ainda é o meio informativo mais acessado pela população brasileira (INTERVOZES, 2017).

Entre os resultados, pode-se verificar um acionamento enfático de termos considerados posicionados pelos dois telejornais. Por outro lado, a expressão implícita de tais posicionamentos em si não é suficiente para superar a prevalência dessa objetividade performativa (BROERSMA, 2010), o que também se constata por omissões, como a ausência de editoriais, pela reprodução acrítica de declarações e pela não confrontação de agentes públicos que deveriam ser responsabilizados pelos atos.

2. Ascensão e crise da objetividade

A prática jornalística passou por inúmeras modificações ao longo do tempo, estabelecendo sua versão “industrial” entre o final do século XIX e o início do século XX, quando se buscou standardizar procedimentos, fluxos de trabalho e valores profissionais (SCHUDSON, 2001). Foi só então que o modelo da objetividade jornalística se estabeleceu como hegemônico, tido como sinônimo de profissionalismo, isenção e, com isso, verdade, mas em nenhum momento este modelo jornalístico foi o único a ser exercido nas diversas plataformas midiáticas.

Com o advento das mídias digitais, por sua vez, as práticas e os fluxos do trabalho jornalístico foram frontalmente alterados, já que o acesso aos meios de produção e difusão das mensagens midiáticas, inclusive as informativas (mas não apenas), se tornou mais barato e viável para os mais diversos atores (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). Mas as mudanças foram mais longe: passou-se a desafiar com mais clareza a objetividade jornalística como cânone desta prática, chegando-se a, inclusive, negá-la (ZELIZER, B.; BOCZKOWSKI, P. J.,; ANDERSON, C. W., 2021).

Pois, hoje em dia, as dimensões tidas como garantidas da instituição do jornalismo estão em jogo caótico, em parte devido à irrelevância das normas jornalísticas para as condições atuais. Quer se trate de normas de objetividade e equilíbrio na narração de notícias ou do decoro induzido pela deferência e moderação, as normas em uso corrente pouco estão a fazer para aumentar o valor, agudeza ou relevância do jornalismo como instituição e, em última análise, estão a falhar aos profissionais em cujo

nome foram instauradas. (ZELIZER, B.; BOCZKOWSKI, P. J.,; ANDERSON, C. W., 2021, p. 20, tradução nossa)

De forma sucinta, o paradigma da objetividade jornalística é caracterizado pela priorização da apresentação de fatos tidos como objetivos, a partir da utilização de determinados procedimentos, e empregando um estilo textual próprio, bastante descritivo, sem adjetivos, apoiado em declarações, dados e evidências documentais. Como afirma Deuze (2005), ainda que não seja possível alcançar plenamente a objetividade, sempre se coloca como meta almejá-la. Na prática, acaba sendo um conceito abstrato e até confuso (HENRIQUES, 2021), compreendido, muitas vezes, pela separação entre informação e opinião, pelo discurso direto e hierarquizado e que incorpora como sinônimos outros valores, como a imparcialidade e o equilíbrio, sustentando a necessidade de buscar “os dois lados da informação”.

Defensores da objetividade jornalística criticam fortemente qualquer prática jornalística que admita engajamento político em causas sociais específicas, sobretudo em relação a produções do gênero informativo. Já os críticos da objetividade jornalística argumentam que as normas e técnicas associadas a esse paradigma favorecem o *status quo* (HALL, 1978) e aprofundam as desigualdades de acesso aos meios de comunicação, visto que é impossível construir um discurso neutro, devido à própria natureza dos discursos. Para Zelizer, Boczkowski e Anderson (2021, p. 98), abandonar a frieza da objetividade é importante inclusive para recuperar a relevância do jornalismo junto ao público:

(...) Tem de contar histórias que apelam a interpretações tanto do coração como da mente, em vez de continuar a fornecer relatos desapaixonados dos acontecimentos, porque é disso que se supõe que se trata a objetividade nas notícias. (ZELIZER, B.; BOCZKOWSKI, P. J.,; ANDERSON, C. W., 2021, p. 98, tradução nossa)

A crítica à objetividade, por sua vez, não nega a visão de que o jornalismo precisa manter a realidade como sua única referência, empregando o rigor na apuração dos acontecimentos. A crítica na verdade se concentra na ideologia que se formou em torno do método que define a objetividade (DEUZE, 2005) e que enfatiza

a capacidade do jornalismo de alcançar uma verdade única e inquestionável por meio da aplicação de técnicas e estruturas textuais específicas.

Como afirma Moraes (2022, p. 59), “a objetividade jornalística tem, por exemplo, raça, classe, território e gênero”, o que significa que os textos apresentados como objetivos possuem, inevitavelmente, algum viés, que em geral, no Brasil, criminaliza os mais pobres e as pessoas pretas, privilegia interesses dos detentores do poder político-econômico, invisibiliza pautas que interessam grupos tidos como minoritários, como populações indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência. E isso pode ser evidenciado no dia-a-dia, ao se observar, por exemplo o noticiário econômico: quantas vezes a queda da Bolsa de Valores (pauta de interesse de um grupo pequeno da elite financeira) é manchete e é vista como um problema a ser resolvido pelo governo brasileiro, enquanto o aumento do preço dos aluguéis (pauta de uma grande massa de pessoas que não possuem casa própria) é em geral colocado em segundo plano, como algo que só diz respeito ao mercado? Para a jornalista Maria Ressa (2022, p. 103) é impreciso desmistificar o jornalismo objetivo. “(...) jornalistas objetivos não existem; quem diz o contrário está mentindo”.

Um bom jornalista não busca o equilíbrio – como quando, digamos, um líder mundial comete um crime de guerra ou mente descaradamente para os cidadãos do seu país -, pois seria uma falsa equivalência. Quando um jornalista enfrenta os poderosos, é mais fácil e mais seguro escrever a matéria de uma maneira “equilibrada”. Mas essa é a saída do covarde. Um bom jornalista, por exemplo, não concederia o mesmo tempo e o mesmo espaço para notórios negacionistas climáticos e para cientistas que estudam a mudança climática. (RESSA, 2022, p. 103)

Ainda que a crítica à objetividade não seja recente, ela ainda não foi suficiente para transformar a prática jornalística hegemônica. Nestas primeiras décadas do século XXI, os veículos que produzem jornalismo alternativo ou independente (ATTON, 2011; FORDE, 2011) são os que evidenciam sua associação com certas causas sociais, enquanto a mídia corporativa segue majoritariamente recorrendo ao *ethos* do “jornalismo profissional” e isento, ou seja, da objetividade jornalística, como sinônimo de credibilidade (CARPENTIER, 2005). Justamente por isso, como evidenciou Fernandes (2020) em um estudo sobre produções

jornalísticas alternativas audiovisuais, muitos veículos alternativos seguem aplicando certas estratégias discursivas para estabelecer o que Broersma (2010) chamou de objetividade performativa.

Broersma (2010) identifica a aplicação discursiva da objetividade jornalística através da perspectiva da performance. Segundo o autor, a face do jornalismo não é moldada apenas pelo conteúdo que veicula, na forma de um discurso descritivo, mas também se configura como um discurso performativo, destinado a persuadir os leitores ou telespectadores de que o que é relatado representa uma descrição fiel do real. Para tanto, o jornalismo se utiliza de uma estratégia discursiva baseada no ideal de representar os interesses do público sem qualquer tipo de viés, o que é alcançado através da construção das notícias em uma linguagem tida como neutra e autorizada.

O autor destaca ainda que, embora os críticos da objetividade jornalística tenham argumentos válidos e que este conjunto de valores da objetividade nunca possa ser totalmente alcançado, o jornalismo não pode simplesmente reconhecer suas limitações e assumir que não apresenta a “verdade absoluta”, mas sim versões dela. Para Broersma (2010), a performance, ou seja, a forma como o jornalismo é executado para convencer seus públicos de que uma boa prática jornalística pode ser alcançada por meio de veículos comprometidos, sérios e profissionais, ainda é fundamental para a sobrevivência do jornalismo nos dias atuais.

Porém, a expansão de grupos de extrema direita em diferentes locais do mundo e a forma como ameaçam a democracia e, com ela, o direito à informação, tem levado à adoção de posicionamentos mais assertivos em produções jornalísticas tradicionais.

Nos Estados Unidos, a vitória de Donald Trump em 2016, com uso de muita fake news, fez com que alguns jornalistas e veículos informativos passassem a adotar uma postura até mais ativista (RUSSELL, 2019), inclusive com a adoção de parcerias e trabalhos colaborativos, tanto entre grupos de comunicação, como com ONGs e organizações pela luta de direitos sociais e ambientais. Um dos veículos a adotar estratégias para desacreditar o então presidente foi o jornal The New York Times. Ao analisar a publicação, Lischka (2019) identificou quatro estratégias

utilizadas para confrontar Trump: ressaltar os ataques de Trump contra os jornalistas do veículo como uma “medalha de honra”, que comprovava o comprometimento dos profissionais do local com a informação; utilizar sarcasmo para desqualificar Trump, como incapaz de governar; associar a disseminação de *fake news* por Trump e seus apoiadores como algo relativo a regimes autoritários; demonstrar que as acusações de Trump eram irracionais ou erradas.

No Brasil, essa mudança de postura foi notada, por exemplo, durante a cobertura jornalística da Covid-19 (SOUZA et al., 2021). De maneira inédita, veículos de comunicação tradicionais se uniram para criar um Consórcio de Imprensa, para recolher e divulgar dados da doença, que eram omitidos pelo Governo Federal. Somou-se a isso a decisão de algumas mídias de definir certas posturas oficiais como “mentira” ou “verdade”, deixando-se de lado equivalências normalmente estabelecidas pelos critérios da objetividade e da imparcialidade – o jornalismo dos dois lados ou “doisladismo” (TSAVKKO GARCIA, 2020). Claro que o oposto também aconteceu: veículos como a CNN Brasil insistiram em manter debates entre defensores da vacina, de um lado, e pessoas que desacreditavam o imunizante e defendiam o chamado “tratamento precoce” ou “kit-Covid”, de outro.

Em outras emissoras, porém, como a TV Globo (privada) e a TV Cultura (pública), a prescrição de medicamentos do “kit-Covid” foi traduzida como algo negativo, o que era explicado pela inexistência de estudos que comprovassem a eficácia do tratamento; também foi evidenciada a associação do presidente do país, Bolsonaro, com a divulgação de *fake news* relacionadas à Covid, o que era recorrentemente demonstrado – isso aconteceu sobretudo em relação ao uso de máscaras e à segurança das vacinas. Houve um esforço, inclusive, para demonstrar que a doença de fato causava mortes, ao expor histórias de vítimas da doença e as condições de seus familiares, ao contrário do que alegavam o presidente e seus apoiadores.

Tais posturas contraditórias entre mídias jornalísticas do *mainstream* ampliou a tensão que já existia no próprio campo jornalístico, bastante afetado pela disseminação de informações falsas, distribuídas pelo Youtube e pelas redes sociais (WAISBORD, 2018). E um dos possíveis resultados desse aumento de tensão é o

aprofundamento da diluição do poder do jornalismo, o que se deteriora ainda mais pelas condições construídas pela atual esfera pública midiática, condicionada por algoritmos preocupados com métricas de acesso, não com o interesse público, como afirma Russell (2019).

Como ressalta Russell (2019), a deterioração do poder do jornalismo significa o enfraquecimento da própria democracia, o que é grave. Por isso, é importante identificar as mudanças que seguem em curso no campo midiático e, especificamente, nas práticas jornalísticas, não só para registrar o que está acontecendo, mas para compreender e permitir que análises identifiquem que aspectos enfraquecem ou fortalecem a produção de informação.

Para contribuir neste sentido, esmiuçamos a seguir os procedimentos adotados neste estudo, que teve como foco analisar conteúdos jornalísticos transmitidos por emissoras de televisão após os ataques de 8 de janeiro de 2023.

3. Corpus e metodologia de análise

Foram analisados os conteúdos do Jornal Nacional, da TV Globo, e do telejornal CNN 360, da CNN Brasil, que foram ao ar nos dias 9 e 10 de janeiro de 2023, ou seja, os programas subsequentes aos ataques do dia 8 de janeiro.

O Jornal Nacional (JN) foi escolhido por ainda ser o principal telejornal da TV aberta no Brasil, mantendo não só a maior audiência, mas sendo a principal referência noticiosa do país. Também foi escolhido por manter um formato bastante tradicional, em que apresenta uma sequência de notícias encadeadas em blocos, sem espaço para a exposição de opinião. Apenas em situações excepcionais os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos expressam alguma opinião, ao ler um editorial.

Já o telejornal CNN 360 integra um canal de notícias só recentemente lançado no Brasil (2020), o CNN Brasil³, mas que se estabeleceu internacionalmente como uma referência em coberturas factuais, atreladas a análises, há muito mais tempo. No Brasil, o canal está disponível de maneira aberta, no Youtube, e também

³<https://forbes.com.br/negocios/2020/06/cnn-estreia-no-brasil-com-seus-canhoes-voltados-para-dois-alvos-o-coronavirus-e-a-globonews/> (Acesso em 28/03/2023).

As nuvens de palavras indiciam uma abordagem preponderantemente noticiosa dos dois veículos de comunicação, ao privilegiar elementos descritivos e factuais – ao reportar dados relativos ao governo federal, à polícia, à segurança e ao momento do acontecimento e suas consequências (com os advérbios “ontem”, “hoje”, “aqui” para ressaltar a factualidade e a presença). Para além desses termos bastante comuns à cobertura jornalística, destaca-se a palavra terrorista, entre as mais faladas no JN.

Apesar de ser um substantivo, o termo terrorista carrega uma grande carga valorativa, que a relaciona a práticas condenáveis, de quem propaga o terror. Assim, consideramos um substantivo adjetivado, que leva a um juízo de valor prévio, o que foge da objetividade jornalística usualmente empregada por este telejornal.

A partir da transcrição, foi construída uma categorização, com base em Fernandes (2020), que produziu uma análise de meios alternativos audiovisuais para compreender práticas jornalísticas engajadas politicamente⁶. No presente estudo, não se aprofundou ações relacionadas a um ativismo com certas causas sociais, tendo em vista que os veículos analisados são corporativos, sem envolvimento direto com tais lutas. Priorizou-se analisar elementos relacionados mais diretamente à prática jornalística, tendo em vista: (a) fontes das informações – inclusive para detalhar se eram fontes diretas ou indiretas, oficiais, especialistas, outro lado; (b) gêneros e formatos jornalísticos, (c) características da linguagem, (d) tom enunciativo empregado. As categorias se referem aos diferentes modos semióticos presentes nos vídeos (imagens, áudios, textos).

Como detalha Fernandes (2020, p. 49), os diferentes modos semióticos são justamente as diversas maneiras escolhidas para dar sentido à mensagem, seja por texto verbal (escrito ou falado), visual (com imagens estáticas ou em movimento) e sonoro, formando um design próprio ao serem combinados e colocados em prática (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

O uso de cada um desses elementos faz com que uma reportagem sobre a guerra na Síria seja compreendida de modo muito diferente se for vista em um jornal com impressão preto e branca, em uma revista toda colorida, ou

⁶A categorização e a análise foram feitas com o apoio do software MaxQDA 2022.

em uma reportagem em vídeo com depoimentos de vítimas, ou mesmo em imagens tremidas e desfocadas feitas por um smartphone que mostram o desespero dos feridos. São diferentes representações, feitas por diferentes modos, que podem despertar sentidos muito diversos, desde discussões racionais sobre a geopolítica da região do Oriente Médio e as tensões entre Estados Unidos e Rússia, até reações muito emotivas de luto e solidariedade para com os civis que sofrem com a violência. (FERNANDES, 2020, p. 49)

No caso dos telejornais, soma-se à distinção trazida pelos diferentes elementos significativos, o contexto da própria mídia, por seu histórico singular de difusão de determinadas notícias, simbolicamente delimitadas por um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006) implícito que define a relação com os telespectadores ao longo do tempo. Vamos detalhar agora as principais características das edições dos dias 9 e 10 de janeiro dos dois telejornais elencados.

4. Análise dos telejornais

a) Cobertura do Jornal Nacional

No JN, predominam historicamente as reportagens sequenciadas, conectadas entre si por textos lidos no estúdio pelos apresentadores (as chamadas cabeças), narradas em tom tido como “neutro”, que busca não expor emoções nem opiniões. No dia 9 de janeiro, a temática dos ataques aos prédios dos três poderes tomou 1 hora e 7 minutos, de um total de 1 hora e 13 minutos de telejornal, muito acima do que costuma ser a duração diária, entre 40 e 45 minutos. Já no dia 10, a edição do JN teve duração normal, de 43 minutos, e não foi monotemático. Neste dia, entre as matérias que tratavam dos ataques, foram inseridas outras sobre deslizamentos de terras e inflação. Nas duas edições prevaleceram as reportagens pré-gravadas – a exceção foi uma curta entrada ao vivo no dia 9, da repórter Zileide Silva, direto do Congresso Nacional.

As reportagens seguiram o padrão convencional para a televisão: com textos em OFF narrados pelo(a) repórter, cobertos com imagens de apoio, entrevistas e uma passagem do(a) repórter. Grande parte do material audiovisual utilizado para compor essas matérias teve origem externa, a partir de postagens em redes sociais feitas por indivíduos que participavam dos ataques e comunicavam o

que estava acontecendo em seus perfis. O uso dessas imagens não implicou a atribuição das fontes das mensagens, que se tornaram apócrifas.

Foram inseridas falas obtidas diretamente pela equipe de reportagem, sobretudo de fontes oficiais, sejam membros do governo federal ou dos outros poderes (Judiciário e Legislativo), sejam outros funcionários públicos. O apelo a especialistas externos também foi acionado, como tradicionalmente acontece na prática jornalística que ressalta a objetividade.

Entre as fontes oficiais, destaca-se a não escuta de militares, categoria que esteve diretamente envolvida no acontecimento. Há apenas a menção aos comandantes das três forças armadas, mas não a escuta direta de nenhum representante.

O gênero que predomina no telejornal é o informativo, sem espaço para a opinião, porém foi possível identificar traços opinativos em determinadas matérias, como na reportagem que trata do estrago causado em obras de arte nos três prédios atacados, na edição de 9 de janeiro. Os traços opinativos ficam evidentes pelo acionamento de duas estratégias: o uso mais enfático de generalizações e de substantivos adjetivados. As generalizações são evidentes em trechos como: “A arte e a história do Brasil também foram vítimas da violência dos terroristas” e “Os ataques extremistas também causaram muitos prejuízos ao patrimônio histórico e cultural brasileiro”. Os objetos alvos dos ataques são tidos como a própria arte e história do país, o que se configura como uma sinédoque, figura de linguagem em que há a substituição quantitativa de uma parte pelo todo, o que gera o sentido de generalização ou totalização.

Entre os substantivos adjetivados mais acionados nessa matéria estão vândalos, radicais, bandidos, terroristas, delinquentes, golpistas e ataques extremistas (alguns dos termos citados eram usados ora como substantivos, ora como adjetivos). O uso desses termos qualifica e culpabiliza previamente os possíveis envolvidos nos ataques, deixando de lado o distanciamento do objeto respaldado pela objetividade. Outro elemento bastante característico da objetividade que também foi deixado de lado nesta cobertura foi a busca pelo outro lado.

O uso de descrições associadas a uma determinada contextualização também reforça uma posição mais opinativa, ao orientar certa interpretação das consequências do acontecimento narrado. Segue um exemplo extraído da matéria sobre as obras de arte atacadas: “Aqui ficava a galeria com as fotos dos ex-presidentes da República. Nenhum retrato foi mantido na parede e quase todos foram danificados. A foto do ex-presidente Jair Bolsonaro, que havia sido pendurada na semana passada, não foi encontrada”. O texto foi coberto com imagens da área citada, com uma parede vazia ao fundo, e ao indicar a ausência da foto de Bolsonaro, leva à interpretação de que os invasores a tiraram de lá, para levar consigo, e não destruí-la, reforçando a associação do ataque à preferência política pelo já ex-presidente. Cabe ressaltar que nas duas edições foi mantido o tom de voz sóbrio e de aspecto neutro dos apresentadores, tom que também prevaleceu nas reportagens.

b) Cobertura do CNN 360

O tom do telejornal CNN 360 foi bem mais enfático e indignado que o do JN. A ênfase se deu tanto pelas palavras, como pelos gestos da apresentadora Daniela Lima. O tom de voz mais alto e a velocidade da fala, mais rápida que a empregada no JN, reforçavam o sentimento de indignação e urgência da transmissão. O telejornal tem normalmente 2 horas de duração e não sofreu alteração desse tempo nesses dois dias de emissões. O tema, entretanto, foi único: falou-se apenas dos ataques e de suas consequências, deixando de lado outros assuntos que seriam pertinentes ao noticiário.

Podemos considerar que o gênero deste telejornal é essencialmente híbrido, já que partilha informação e opinião – apesar de reforçar seu papel informativo, a todo momento, ao destacar apurações e a atualidade do que está sendo dito, tanto nas falas, como nos *breaknews* (textos-legenda lançados na tela durante as transmissões, que vão sendo constantemente atualizados).

Importante situar que o formato do telejornal difere bastante do JN. Não é formado por uma sequência de vídeos gravados, que vão sendo costurados pelos apresentadores a partir da leitura das cabeças. É um produto mais fluido, conduzido

pela fala da apresentadora, do estúdio, em que ela vai fazendo relatos que mesclam informações, com apurações e opiniões.

A fala da apresentadora é entrecortada por entradas ao vivo de outros jornalistas, tanto em estúdio como em externas, e por entrevistas. Parece haver uma liberdade maior de burlar o roteiro, ao ponto de permitir que uma entrevista coletiva do ministro da Justiça, Flávio Dino, ao vivo, fosse ao ar sem interrupções por quase uma hora, dentro do telejornal, na tarde do dia 9 de janeiro.

Quase tudo no telejornal, por sinal, é ao vivo – são poucos os trechos gravados. Durante as falas dos jornalistas e dos entrevistados, a tela é fracionada, para mostrar em quadros cada um dos participantes da conversa, e em um desses quadros são inseridas imagens (aí sim, gravadas) que ajudam a contextualizar o tema da conversa. O estilo de telejornalismo adotado pela CNN resulta em um produto menos fragmentado que um telejornal tradicional, como é o JN, já que os assuntos são discutidos por um tempo mais longo, sem cortes abruptos para outros temas.

Interessante também notar que a apresentadora estabelece uma conversa com os espectadores e inclui nas interações, muitas vezes, pessoas da equipe do telejornal que ficam por trás das câmeras. Ao longo dessa performance, ela lança mão de uma linguagem que por vezes é bastante informal, ao expor apelidos dos colegas de trabalho, além de outros termos característicos da oralidade e do improviso, o que transmite uma certa autenticidade da personalidade da apresentadora, aproximando-a do público em geral.

A informalidade chegou ao ponto de, ao final de uma entrevista, a jornalista expor um pedido para que o entrevistado seja uma fonte recorrente de suas apurações: “Estamos à disposição, aliás eu mandei uma mensagem para o senhor. Salva meu número que eu vou incomodá-lo com mais frequência. Bom trabalho e até a próxima”, disse a jornalista, ao se despedir do entrevistado (programa do dia 09/01/2023). Esse tipo de diálogo, que expõe a relação entre jornalista e fonte, não costuma ser trazido à tona, o que reforça a busca por estabelecer um ambiente jornalístico diferente, em alguma medida mais transparente em relação aos processos apuração, e, com isso, mais próximo do telespectador.

Além de expressar um tom de maior indignação e urgência, o telejornal enfatiza o testemunho dos acontecimentos, o que se dá, por exemplo, quando a apresentadora reforça que uma determinada apuração foi feita por ela. Esse tipo de referência reforça o esforço de autolegitimação, como um agente relevante do campo jornalístico, o que se justifica por ser um canal com pouca tradição no Brasil, que ainda precisa consolidar sua legitimidade.

Chegou a ser repetitivo o quanto os jornalistas que interagem durante o programa diziam “eu conversei”, “eu apurei”, determinada autoridade “me falou”. Essa forma de enunciação, assumindo a primeira pessoa, destoa da prática jornalística tradicional, que busca inibir o “eu” com o uso expreso da terceira pessoa nas coberturas noticiosas. Entretanto, isso não significa uma renúncia dos valores vinculados à objetividade; o jornalista, na maioria das vezes, apenas reafirma sua posição de mediador direto para trazer declarações de fontes, sem necessariamente interpretá-las ou opinar sobre o que significam.

O hibridismo se impõe também por outra estratégia discursiva acionada com frequência pela apresentadora do telejornal: o uso da noção de bastidores ao trazer relatos de fatos tidos como mais internos ao poder (e, por isso menos, menos expostos ao público). A informação de bastidor é geralmente mais acionada em colunas de notas ou de opinião, que se consagraram em jornais impressos de circulação nacional ao antecipar articulações, estratégias políticas, acordos e rompimentos que só posteriormente vem à tona. Em certa medida, no CNN 360, a jornalista Daniela Lima busca replicar o ambiente das colunas de notas, prestigiadas por serem vinculadas a informações exclusivas e de bastidores.

Assim como no JN, houve um forte acionamento de substantivos adjetivados, para se referir aos responsáveis pelos ataques aos prédios dos três poderes, entre eles bolsonaristas, agentes radicais, atos antidemocráticos, balbúrdia, atentado terrorista, entre outros, sem margem para contrapontos. Assim, o telejornal assumiu, de partida, um posicionamento condenatório dos atos.

Por outro lado, abriu-se uma discussão “doisladista” ao abordar as responsabilidades pelos ataques terem sido bem-sucedidos, ao ponto de afirmar que

integrantes do próprio governo atacado saíram “chamuscados” após o acontecimento, por não terem evitado a destruição.

Também de maneira semelhante ao JN, foram utilizadas generalizações, que buscam ampliar o significado dos acontecimentos, como no trecho em que a apresentadora afirma “Não é um ataque à arquitetura, mas é um ataque à própria expressão democrática do nosso país” (dia 09/01/2023). No entanto, preponderaram sequências puramente descritivas e declaratórias, estratégias caras à objetividade jornalística.

5. Reflexões e considerações finais

Ao escolher os dois dias subsequentes aos ataques de 8 de janeiro de 2023, já se sabia que seria constatada uma prática jornalística bem mais posicionada do que normalmente se verifica no cotidiano das duas emissoras escolhidas. Afinal, a forma como os ataques aos três prédios em Brasília foram vistos em transmissões ao vivo, mostrando detalhes do acontecimento enquanto ele estava em curso (sem espaço para dúvidas sobre quem seriam os responsáveis), acabou por impor uma visão única sobre os responsáveis. Por outro lado, é essencial investigar de que maneira esse posicionamento se dá, tendo como parâmetro as práticas consolidadas da objetividade jornalística, já que mudanças de postura podem representar a renovação de valores do próprio jornalismo.

Em resposta às perguntas de investigação que nortearam este trabalho (1. Qual foi a gradação entre objetividade e posicionamento, na cobertura dos dois telejornais, após os ataques de apoiadores de Bolsonaro aos três poderes (em 8 de janeiro de 2023)? 2. Em que medida podemos considerar que há sinais de renovação nos valores jornalísticos tradicionais, a partir dos exemplos analisados?), chegamos às seguintes reflexões:

a) O posicionamento teve maior peso do que elementos relacionados à objetividade em grande parte das emissões desses dois telejornais, porém não é possível afirmar que houve um afastamento, ou mesmo uma rejeição da objetividade. O apelo a declarações, sobretudo de fontes oficiais, mas também de especialistas, a associação entre textos descritivos e imagens, bem como a opção por manter o

formato reportagem e o tom dos relatos relativamente neutro, manteve a performance da objetividade em primeiro plano, especialmente no JN. No CNN 360, o estilo do telejornal, mais fluido e dialógico, chegando à informalidade, também não é suficiente para reduzir o peso da performance da objetividade, uma vez que busca ponderar outros lados do acontecimento, estabelecendo, assim, uma postura que visa se ater ao objeto com um certo nível de distanciamento preconizado pela objetividade.

b) É importante observar que nenhum dos telejornais analisados expôs abertamente seu posicionamento em um editorial, formato opinativo usado justamente para delimitar pontos de vista do veículo de comunicação. Essa ausência de transparência editorial também torna qualquer posicionamento adotado pelos telejornais muito mais opaco, já que permanece implícito, em uma estratégia que também acaba por reforçar a performance de objetividade.

c) A delimitação de certas posições em defesa de princípios democráticos e de direitos humanos pode sim representar uma renovação de valores do jornalismo do *mainstream*, porém, da forma como foi visto nos dois telejornais, ainda é insuficiente para efetivar essa renovação. Inclusive há um aspecto negativo desse posicionamento, da forma como se efetivou, já que nenhum dos telejornais buscou confrontar diretamente os “acusados”, que não se restringiam aos agentes diretos responsáveis pelos ataques, mas também aos militares, que deram suporte aos extremistas inclusive durante a destruição dos três prédios. Ao não questionar diretamente nenhuma fonte relacionada às Forças Armadas, mesmo diante de outras fontes que realçavam o envolvimento de militares com os atos de 8 de janeiro, os telejornais abriram mão do seu papel tradicional de *watchdog*, o que, aí sim, enfraquece a prática jornalística.

Não basta, portanto, estabelecer um posicionamento para revitalizar a prática jornalística e torná-la relevante. É preciso também restaurar práticas preconizadas ao longo do desenvolvimento do jornalismo industrial, como a escuta do outro lado, mas de forma crítica, embasada e contextualizada, para realmente reforçar o papel social do jornalismo de “olhos” da sociedade, responsável por trazer à tona o que o

poder tenta invisibilizar. Em tempos de infodemia nas redes sociais e de fluxo intenso de *fake news*, é urgente que esse papel do jornalismo seja revigorado.

Referências

- AARÃO REIS, D. A extrema-direita brasileira: uma concepção política autoritária em formação. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 32, 27 out. 2020.
- ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo Pós-Industrial – Adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, v. 2, n. 5, p. 30–88, 2013.
- ATTON, C. Alternative journalism. Em: DOWNING, J. D. H. (Ed.). **Encyclopedia of Social Movement Media**. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage, 2011.
- BROERSMA, M. The unbearable limitations of journalism. On press critique and journalism’s claim to truth. **The International Communication Gazette**, v. 72, n. 1, p. 21–33, 2010.
- CARPENTIER, N. Identity, contingency and rigidity - The (counter-)hegemonic constructions of the identity of the media professional. **Journalism**, v. 6, n. 2, p. 119–219, 2005.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DEUZE, M. What is Journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, v. 6, n. 4, p. 442–464, 2005.
- FERNANDES, K. B. **Informação e engajamento político: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal**. [s.l.] University of Minho, 2020.
- FORDE, S. **Challenging the News: The Journalism of Alternative and Community Media**. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2011.
- HALL, S. The social production of news. Em: HALL, S. (Ed.). **Policing the crisis: Mugging the State, and Law and Order**. London: Macmillan, 1978.
- HENRIQUES, R. DA S. P. Understanding Objectivity among Brazilian Journalists: What You Intend to Be when You Want to Be Objective. **Brazilian journalism research**, v. 17, n. 3, p. 792–831, 30 dez. 2021.
- INTERVOZES. **Media Ownership Monitor Brazil**. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images: The Grammar of Visual Design**. London, New York: Routledge, 2006.

LISCHKA, J. A. A Badge of Honor?: How *The New York Times* discredits President Trump’s fake news accusations. **Journalism Studies**, v. 20, n. 2, p. 287–304, 25 jan. 2019.

MACHIN, D.; MAYR, A. **How to do Critical Discourse Analysis - A multimodal introduction**. Los Angeles, London, New Delhi: Sage, 2012.

MALAVASI, G. M. B. **Telejornalismo e desinformação em tempos de covid-19**: São Paulo: Programa de PósGraduação Stricto Sensu – Mestrado em Comunicação – da Faculdade Cásper Líbero, 2021.

MARANHÃO FILHO, E. M. DE A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65–90, 2018.

MORAES, F. **A Pauta É Uma Arma de Combate - Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. 1ª ed. [s.l.] Arquipélago Editorial, 2022.

RESSA, M. **Como enfrentar um ditador - a luta pelo nosso futuro**. 1ª ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2022.

RUSSELL, A. ‘This time it’s different’: Covering threats to journalism and the eroding public sphere. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 32–35, jan. 2019.

SCHUDSON, M. The objectivity norm in American journalism. **Journalism**, v. 2, n. 2, p. 149–170, 2001.

SOUZA, S. R. DE et al. **Ciência e SUS no cotidiano: reflexões sobre a cobertura midiática durante a pandemia da COVID-19 no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2309/version/2446>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

TSAVKKO GARCIA, R. “Jornalismo dos dois lados” no Brasil dá credibilidade a narrativas nocivas. **IJNET**, 25 nov. 2020.

WAISBORD, S. Truth is What Happens to News: On journalism, fake news, and post-truth. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, 2018.

ZELIZER, B. Resetting journalism in the aftermath of Brexit and Trump. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 140–156, 2018.

ZELIZER, B.; BOCZKOWSKI, P. J.; ANDERSON, C. W. **The Journalism Manifesto**. [s.l.] Polity, 2021.